

Desenvolvimentismo: notas sobre um conceito não linear e histórico

José Stênio Souza¹

ABSTRACT

O texto, em última instância, tem o propósito de enxergar historicamente os requisitos necessários na construção do conceito de desenvolvimentismo, aceito que o mesmo é reconhecido como um fenômeno no mundo material, e concomitantemente um fenômeno, ideias, construto no mundo do pensamento. Neste sentido, o texto se consolida com a validação do conceito a partir das experiências históricas, em particular na América Latina.

ABSTRACT

The text, ultimately, has the purpose of seeing historically the necessary requirements in the construction of the concept of developmentalism, accepting that it is recognized as a phenomenon in the material world, and concomitantly a phenomenon, ideas, constructed in the world of thought. In this sense, the text is consolidated with the validation of the concept based on historical experiences, particularly in Latin America.

Keywords: desenvolvimentismo, intencionalidade, intervencionismo, conceito, industrialização, núcleo duro

INTRODUÇÃO

O termo “desenvolvimentismo” enquanto categoria teórica expressa forte relação de correspondência com a abordagem teórica que se escolhe para leitura e compreensão do processo de evolução da sociedade humana segundo a lógica do modo de existência capitalista.

O termo “desenvolvimentismo”, neste sentido, designa concomitantemente :

- 1.).um fenômeno do mundo material, do mundo concreto, fatos concretos que compartilham um núcleo comum de atributos;
- 2.).um fenômeno do mundo do pensamento, um conjunto de ideias que se propõe como constructo expressar concepções ou visões de mundo.
 - 2.1.).discurso político: defesa ou crítica (posição ideológica)
 - 2.2.).corrente de pensamento: uma proposição teórica, um corpo de conhecimento enquanto saber científico.

(1). José Stênio G. Souza, mestrado/NAEAUFPA, Professor Efetivo – História Econômica e História do Pensamento Econômico - da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, lotado na FACE/IEDAR. Coordenador do Projeto “Laboratório de Inflação e Custo de Vida de Marabá” e integrante do “Laboratório de Contas Regionais da Amazônia-LACAM”

Na perspectiva de compreensão do conceito, ainda que a ideologia e as experiências históricas tenham origem em meados do sec. XIX, é, na realidade, a partir da “Grande Depressão” de 29 que a proposição toma corpo, em particular em parte das economias nacionais latinas (Argentina, Brasil, Chile e México).

No campo da História do Pensamento Econômico, a tese do “desenvolvimentismo” só se consolida nas décadas de 50 e 60, e nesta perspectiva é crucial o papel histórico da CEPAL.

A formulação de um conceito para “desenvolvimentismo” é um desafio valioso pela importância da intensidade e da extensão no olhar sobre a realidade, diante da diversidade das experiências históricas, tal que sem um diálogo entre o fenômeno do mundo concreto e o fenômeno do mundo do pensamento, como diz Weyland (2001) resulta em uma

“...falta de acordo conceitual que pode levar a um diálogo de surdos...”.

DE MÃOS DADAS COM FONSECA

O pesquisador Fonseca (2015), por opção metodológica, faz opção por viajar pela literatura latino-americana, no sentido da percepção do “desenvolvimentismo” a partir das experiências de países como Argentina, Brasil, Chile e México.

Segundo Fonseca (2015), a construção de conceitos na perspectiva das Ciências Humanas, em geral, caminha na direção da tradição weberiana, considerando a definição de tipos ideais, mas, por outro lado, aceito que é pouco provável encontrar a totalidade dos atributos na leitura das experiências históricas.

O pesquisador enfatiza que, historicamente, é um recurso, certamente muito usado, como define Echevarría (apud Rodriguez, 2009) de “mecanismo essencial” na concepção de “desenvolvimentismo” como superação do subdesenvolvimento.

O manuseio do conceito se materializa, a partir da eleição de um conjunto de atributos enquanto termos ideais enquanto caracteres da política econômica de governos cujo propósito está associado a superação do subdesenvolvimento.

Ainda assim, e caminhando na direção de Sartori (1970) o intento não é de construir e/ou definir um tipo ideal, mas em termos “clássico”, identificar certos atributos que sejam comuns na análise de “cases”.

Conforme Sartori (1970) a “viagem do conceito” dá a dimensão do significado de “extensão” e de “intensão”, tal que

“...a extensão refere-se ao conjunto de entidades, elementos ou casos abrangidos pelo conceito; é o seu significado denotativo...” (Fonseca, 2015, pp.10), isto é, o conceito expressa com mais precisão o real, enquanto “...a intensão refere-se ao conjunto de propriedades ou atributos abarcados pelo conceito, diz respeito ao seu significado conotativo...” (Fonseca, 2015, pp.10),

assim, o conceito tem o sentido figurado em relação à realidade.

Isto posto, para Fonseca (2015), na “escada de generalidade”, o conceito quando se objetiva pela extensão, perde em intensidade na representação do fenômeno a que

se refere o conceito, isto é, quando se opta pela maior extensão do conceito, na expectativa de maior facilidade na leitura e análise do pesquisador, em realidade, pode ser muito pouco útil em análises comparativa de “cases”, dado que a existência de poucos atributos – núcleo duro – subtrai a capacidade explicativa do fenômeno.

No sentido de clarear o método escolhido, Fonseca(2015) se utiliza das estratégias propostas por Sartori(1970;1984), de tal modo que :

1.)o conceito por acumulação orienta a pesquisa no sentido de identificar um NÚCLEO COMUM a partir da lógica aditiva da intersecção. Por este caminho, se considera os casos que se registrem todos os atributos, é reduzida a extensão na leitura da realidade, ainda que bastante rico em intensão.

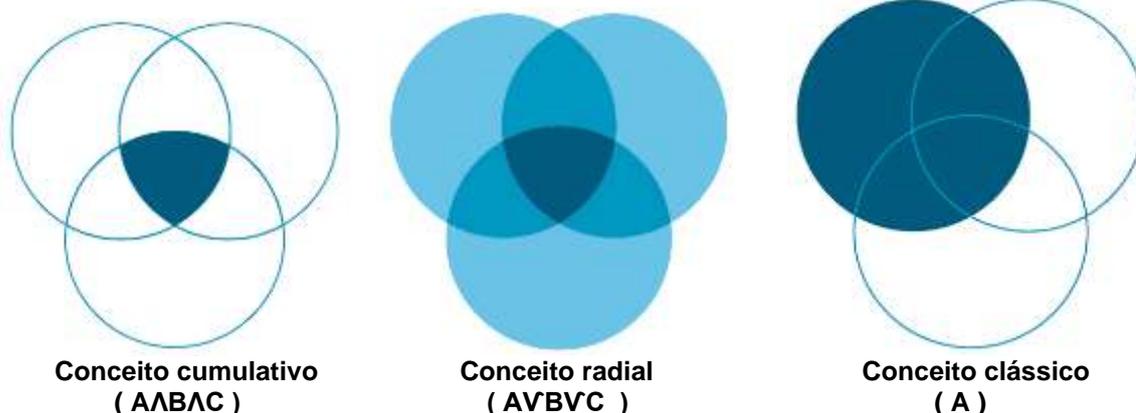
2.)o conceito por adição, utilizando-se da lógica da inclusão, adiciona casos com atributos de diferentes domínios, tal que qualquer caso com um dos atributos do núcleo comum, pode expressar o conceito na leitura de fenômeno real. Significa dizer que pela adição se incorpora conceitos radiais ao “núcleo duro”. Isto posto, em uma análise, o conceito ganha em extensão, mas se fragiliza na intensidade de sua expressão na leitura do fenômeno real.

3.)na direção do conceito clássico, ou por redefinição, opção de Fonseca na construção do conceito de desenvolvimentismo, sem perder o foco do “núcleo duro”, se leva em conta os atributos principais. Neste sentido, se faz uso na análise de todos os casos, sem o compromisso de tratar de casos singulares. E como diz Fonseca(2015)

“...apresenta a vantagem de reconhecer a ocorrência de casos empíricos com características próprias, ou experiências históricas peculiares...”, tal que “...evita-se abandonar o conceito ou ampliá-lo demasiadamente em extensão com conceitos radiais, mas admitem-se subtipos que compartilhem um núcleo comum...”(pp.11)

porque abarca o conjunto dos atributos definidores.

Ilustração das Estratégias de conceituação(Fonseca, 2015 e 2017)



Enfim, aos olhos de Fonseca(2015), na perspectiva do conceito clássico é imperativo identificar os atributos do núcleo comum, sem o imperativo de eleger os atributos que seriam desejáveis para o conceito de desenvolvimentismo. Assim, para Fonseca(2015)

“...o procedimento aqui adotado será o de se valer tanto o uso feito do termo por autores reconhecidos, como das experiências históricas normalmente apontadas como exemplos de desenvolvimentismo...”(pp.12).

DESENVOLVIMENTISMO E ESTADO DESENVOLVIMENTISTA

A literatura, seja na perspectiva do fenômeno na esfera do pensamento, ou expressão das práticas históricas de políticas econômicas, portanto, associadas ao conceito de “Estado desenvolvimentista”. Temos que aos olhos de Fonseca(2015), para o pesquisador Schneider(1999), a expressão “*Estado desenvolvimentista*” é vista em Cardoso e Faletto(1970), já final dos anos 60 e início dos anos 70. Por outro lado, Hélio Jaguaribe(1962) também faz uso da mesma expressão, ao definir o “*choque do desenvolvimento intervencionista*” como freio ao liberalismo econômico, e no ano de 1968, o cientista é mais contundente, quando afirma que

“por desenvolvimentismo entendemos uma ideologia que coloque como principal objetivo o desenvolvimento econômico...”.(FONSECA,2015).

No ano de 1971, F.H.C. se utiliza da expressão “*ideologia nacional-desenvolvimentista*” ao tratar do desenvolvimento dependente.

Fonseca(2015), com certo zelo, registra que o termo “*desenvolvimentismo*” não integra as contribuições teóricas de Furtado, e inclusive Prebisch, precisamente porque para Furtado o “*desenvolvimentismo*” aparece como uma proposição oriunda da Europa eleitas como do desenvolvimento capitalista na América Latina, contrária, portanto, à sua tese do “*nacionalismo reformista*”.

Ainda que o termo “*desenvolvimentismo*”, pouco, ou muito pouco fora utilizado pelos teóricos do desenvolvimento enquanto tese cepalina, aparece mais intensamente na década de 70 em estudos realizados por Bielschowsky(1988), e a quem se atribui o conceito mais preciso de “desenvolvimento como ideologia”, núcleo central do corpo de conhecimento relativo ao Pensamento Econômico brasileiro.

Mas, o próprio autor, ciente da possibilidade de inexistência de um único corpo de conhecimento reconhecido como “pensamento desenvolvimentista”, sem receio, aceita a criar conceitos radiais, no propósito de captar a diversidade no entorno do núcleo comum, como: a.).desenvolvimento do setor privado; b.).desenvolvimento do setor público não nacionalista; c.).desenvolvimento do setor público nacionalista.

Importante o registro de que aos olhos de Bielschowsky(1988, pp.40, segundo Fonseca) no projeto dos socialistas ao defender a industrialização e a intervenção estatal contém o sentido “Desenvolvimentista” enquanto um processo de superação do subdesenvolvimento.

Se se considera as experiências históricas do Brasil e do México, Schneider(1999) enfatiza que o “*desenvolvimento enquanto ideologia*” tem na industrialização o seu propósito final, e como tal ao Estado desenvolvimentista cabe agir no sentido da criação de condições objetivas para os investimentos, e naturalmente o lucro.

Em viagem no tempo, caminhamos em direção a pensadores que tratam, ou se utilizam do termo “desenvolvimentismo”, sob o signo de uma diversidade de referenciais.

Logo, de início, estamos diante de Echevarría (Gurrieri, 1980; Rodríguez, 2009, e que segundo Fonseca, pp.18), é reconhecido como pioneiro no trato do tema que enxerga os grupos sociais e organizações enquanto representantes de indivíduos sociais, sejam intelectuais, a elite política, os operários e as classes médias. Por outro lado, se reconhece que as ações desses indivíduos sociais se orientam pela racionalidade e a visão de mundo enquanto ideário do desenvolvimento em articulação com o Estado como força política na objetivação de seus interesses.

Na viagem, o encontro com Johnson(1982; 1999) revela a experiência histórica do Japão(Pós-Guerra), e que a diferencia dos modelos eleitos pelos EEUU e Reino Unido, alicerçados nas ideias liberais, assim como da União Soviética, experiência edificada sob o foco do planejamento centralizado. Aos olhos de Johnson(1982; 1999) o Estado desenvolvimentista se move sob o signo da intervenção estatal e de programas de estímulo – sustentação política -, além da necessidade de criação de instituições financeiras para garantia de incentivos fiscais e orçamentários. No caso do Japão o MITI – Ministry of International trade and Industry – fora criado para a ação de planificação e implementação de políticas públicas centradas no esforço de aceleração da industrialização.

Diante de Wade, a percepção é de que o modo mais confortável de externar as ideias do pensador(1990), seria utilizando a síntese de Herrlein Jr.(2012). Assim, o “Estado desenvolvimentista” é o formulador e quem legitima a proposta de um desenvolvimento produtivo e de caráter nacional, sem descuidar do fomento à formação de companhias competitivas em termos globais, e em harmonia com a estabilidade macroeconômica na perspectiva das variáveis “moeda e preços”, “juros”, “câmbio”, “contas públicas” e “contas externas”.

Em Evans(1992) a percepção é de que se concentra nas experiências de Estados com caracteres predatórios em relação ao projeto de desenvolvimentismo, caso de Zaire, e aquelas que o pensador define como virtuosas; casos do Japão, Coreia e Taiwan.

Por outro lado, em relação ao Brasil e à Índia, para o pesquisador, historicamente aceito como bem sucedidos em relação à industrialização, considera pouco eficiente na estrutura de gestão pública, precisamente porque para Evans o “Estado desenvolvimentista”, para além da industrialização impõe burocracia forte e canais institucionais para negociação de metas e políticas com os atores sociais, condição crucial para sua validação.

A viagem permite enxergar que Chang(1999) atribui ao “Estado desenvolvimentista” à coordenação das ações dos agentes privados, assim como a necessidade de criar instituições com foco na formatação de um ambiente adequado, conveniente ao desenvolvimento, pela necessidade imperativa de gerir conflitos, porque como diz Fonseca(2015)

“...o processo de desenvolvimento é inerentemente conflituoso, pois envolve ganhadores e perdedores...”.(pp. 19).

Durante a viagem uma descoberta. O cientista Amsden(2001) é reconhecido como único pensador que no trato do tema “Estado desenvolvimentista” toca a questão da redistribuição de renda(Bielschowsky faz isso, mas na perspectiva da ideologia). Assim, Amsden(2001) advoga a criação de bancos de desenvolvimento, ainda que admita o caráter da “exclusão seletiva” ao priorizar determinados segmentos da base produtiva, portanto com certo viés econômico e político.

Já nos momentos finais da viagem , fomos agraciados com a companhia de Bresser Pereira(2006; 2010). A sua percepção é de que, no trato do tema “Estado Desenvolvimentista”, ele centra esforços na compreensão das experiências latino-americanas do século XX. E neste contexto, ele entende que o termo “desenvolvimentismo” se define como

“...uma estratégia deliberada de política econômica para promover o desenvolvimento econômico por meio do impulso à indústria nacional...”(FONSECA, 2015 pp.20)

Portanto aos olhos de Bresser, o desenvolvimentismo sob o signo do “Estado Nacional”, a aglutinação de diversos segmentos sociais – empresários, trabalhadores, classes médias, burocracia – é crucial no sentido da legitimação da tese de industrialização, orientada na direção da substituição de importações, ainda que diante das intempéries de déficits públicos, sendo complacente com a inflação.

Enfim, ao finalizar a viagem, e se apropriando de diferentes contribuições teóricas, assim como dos registros de experiências históricas, concordamos com FONSECA(2015) quando afirma que

“...há variáveis comuns ou com alta frequência em seus trabalhos, sugerindo a convergência para um possível ‘núcleo comum principal’ ou core do conceito...”(FONSECA, 2015, pp.20) de “desenvolvimentismo”, isto é:

- a.).existência de um projeto deliberado em que a nação é o objeto do projeto nacional, que despreza o capital estrangeiro e a ordem econômica mundial;
- b).intervenção consciente e determinada do Estado no sentido da articulação dos segmentos da sociedade enquanto respaldo social e político das classes sociais; e
- c.).a industrialização como vetor de aceleração do crescimento econômico, da produtividade e da difusão do progresso técnico, consoante ilustração abaixo da sistematização do conceito do termo “desenvolvimentismo”(figura abaixo).

Ilustração formatada por Fonseca(2015; 2017)

1.).O núcleo comum principal



1.1.).Atributos supostos: INTENCIONALIDADE e CAPITALISMO

Em última instância, e já concordando com FONSECA(2015) o termo “desenvolvimentismo” seja um fenômeno do mundo material, do mundo concreto, , ou como fenômeno relativo à visão de mundo, ou um fenômeno do mundo do pensamento, definitivamente, é uma construção teórica circunscrita a dinâmica das formações sociais capitalistas.

E FONSECA(2015), ainda enfatiza que, o

“...ponto comum é que o projeto sempre passa por aumento da produção e da produtividade, trazendo-o à centralidade da formulação da política econômica, no que se afasta da ortodoxia, cuja prioridade, em geral, é a estabilização...”(pp.21), portanto um “...ato deliberado de alterar o status quo...”(pp.21).

Assim, comungando com a proposição de FONSECA(2017), efetivamente, o desenvolvimentismo enquanto fenômeno histórico – fenômeno do mundo concreto – é uma realidade latina no percurso do século XX, e mais que isso, é

“...a mais criativa manifestação do pensamento econômico latino-americano...”(pp. 3) e definitivamente “...não pode ser considerado uma mera adaptação de ideias e políticas estrangeiras...”(pp.3).

Valioso, é o registro de Fonseca(2017), ao enfatiza que já se percebia entre vários segmentos da sociedade – intelectuais, políticos, militares, empresários – a predisposição, já no final do século XIX, da necessidade de construção da nação. Como diz Ianni(2000), indivíduos sociais que integram a “geração 1870”, isto é, figuras do Estado do Rio de Janeiro (pré-republicano), com força política, industrial financeira e cultural, a consolidar um ambiente necessário para o desafio de pensar o futuro do país.

O registro é importante e crucial, em relação à assertiva de que o ‘desenvolvimentismo’ enquanto modo de pensar um desafio na direção do futuro da nação, não deve ser visto como um fato fortuito, linear e ahistórico

CONTEXTO HISTORICO BRASILEIRO

Urge registrar que as ideias relativas ao “desenvolvimentismo” não podem ser vistas como um processo linear e associado à crise dos anos 30, e em realidade é um fenômeno com traços políticos e intelectuais que dizem respeito à realidade latina, mais particularmente ao Brasil, considerando a

“...situação de atraso em que vivia o país...”(FONSECA & SALOMÃO, 2017. Pp.4),

portanto, desafio conscientemente aceito pela elite da época.

A intencionalidade, segundo Fonseca(2015) é um elemento estrutural no construto da categoria “desenvolvimentismo”, e tal propósito se pode ver na política econômica do governo Kubitschek quando viaja pela história do desenvolvimento brasileiro.

Na pisada de FONSECA & SALOMÃO(2017), são significativos os registros de experiências por governos estaduais – primeiras décadas do Sec. XX – com políticas propositivas no sentido “desenvolvimentistas”, como o caso de Vargas no Rio Grande do Sul e João Pinheiro em Minas Gerais, enquanto esforço do poder público para o desafio de modernização das estruturas produtivas locais.

Definitivamente, a percepção, é de que a luta pela industrialização no Brasil, se dá em um contexto de forte peso da vocação – ideologia – agrária, mas que ganha força, conforme Fonseca & Salomão(2017),

“...com o surgimento ao longo do século XIX, das primeiras associações voltadas aos interesses da classe...”(pp.11)

e que para além deste fato, significou um novo desenho na relação entre o Estado a primeira geração de industrialistas(CARONE, 1978).

O momento histórico, dessa manifestação, carecia de corpo de conhecimento enquanto referencial para os industrialistas. A realidade concreta, a visão do mundo real, foi o caminho eleito para o desenho de um projeto em busca a superação da condição de periferia atrasada em relação à condição dos países tidos como prósperos.

Para Fonseca & Salomão (2017) os limites do modelo agroexportador sinalizavam novas estratégias para a modernização da estrutura produtiva local, enquanto do ponto de vista político, a fragilidade republicana refletia a angustia, não só, dos “industrialistas”, mas também de diversos segmentos sociais quando a manutenção do “*status quo*” do modo de existência sob o signo agrário.

NO MEIO DA VIAGEM, O GOVERNO “PROGRESSISTA”

Neste momento, a expectativa agora, é de caminhar por dentro das políticas econômicas de uma gestão, teoricamente, progressista e mais próxima dos dias atuais.

Isto posto, não perder de vista o requisito do “*núcleo comum*”, mais precisamente, o “*núcleo duro*” – intervencionismo, industrialização e projeto nacional - do conceito de “desenvolvimentismo”,

A literatura ajuda a enxergar, no Governo Dilma, uma agenda de políticas públicas sob o signo “intervencionista”, teoricamente iniciada nos dois governos de Lula, mas certamente, os registros evidenciam a inexistência de uma proposta desenvolvimentista.

As medidas “macroeconômicas”, em realidade, foram proposições para setores específicos – baixar taxa de juros, isenção tributárias -, na expectativa de respostas imediatas, portanto distante de uma estratégia de longo prazo. E como afirma Fonseca(2016), em última instância são

“...medidas de sustentação da demanda agregada, e, por isso, mais próximas ao intervencionismo Keynesiano...”(pp.121).

A mesma direção está na política cambial, porque fora desenhada – no sentido da reversão da política nos tempos de Lula – para responder à crise das exportações de commodities, dada a queda de suas cotações no mercado internacional, portanto uma estratégia que trata de resgatar o crescimento no curto prazo, distante das proposições desenvolvimentistas.

Aliás, vale a pena dá olhada, sem precisar ter olhos de lince, no governo de FHC, quando faz uso do “regime de bandas”, a evidência de uma conjuntura intervencionista, mas na contramão do projeto desenvolvimentista, sem qualquer

correlação com o propósito de crescimento/modernidade da produção e da produtividade, atributos essenciais ao conceito de “desenvolvimentismo”.

Aliviando a pressão sob o Governo Dilma, é valioso o registro de que diante da crise de 2008, na gestão de Lula, a intervenção do Estado, novamente é, em realidade, uma tentativa de reação à crise externa do capital, e como tal, a política econômica fora desenhada na crença de que a

“...diminuição de custos como variável suficiente para induzir o investimento privado...”(FONSECA, 2016),

via redução da tarifa de energia e concessão de isenções, de subsídios. Assim enxergavam a porta de saída para livrar o país do impacto da referida crise.

Interessante, a observação de FONSECA(2016) sobre tais proposições, quando sem cerimônia afirma que

“...rebaixar tarifas de energia elétrica como forma de diminuir custos e aumentar a eficiência marginal do capital não só é uma medida ineficaz, ou até ingênu...”(pp.124).

A ATUALIDADE DO CONCEITO

Já aceitando a tese de FONSECA(2016), no rigor do método, a atualização do conceito – desenvolvimentismo – não é aceitável sem se considerar o “path dependence”, diante das mudanças que permeiam a evolução da sociedade humana, enquanto insumo crucial para o avanço da ciência.

Nesta direção, o “núcleo duro” não perde substância, dada a adição de conceitos radiais, que na realidade qualifica o conceito na leitura e análise do desenvolvimentismo, seja enquanto fenômeno do mundo concreto, seja em relação ao mundo do pensando, das ideias.

Nos dias atuais, a desindustrialização parece ser o “Calcanhar de Aquiles” em relação a atualidade do conceito, se se considera que a industrialização é elemento crucial ao “núcleo duro” do conceito de desenvolvimentismo, mas aos olhos de FONSECA(2016), essa tese é de autores que comungam do mainstream porque entendem que há

“...naturalidade à desindustrialização, caracterizando-a como um caminho intrínseco ao processo de desenvolvimento capitalista à luz da nova divisão internacional do trabalho e do avanço tecnológico...”(pp.126).

Enfim, comungando com FONECA(2016) sobre a tese de que o propósito de industrialização é atributo crucial no intento de atualização do conceito de desenvolvimentismo, registre-se a proposição de três motivos para não o enxergar como

“...um fenômeno pretérito ou restrito ao período da industrialização por substituição de importações...”(pp.127).

Conforme FONSECA(2016), os motivos são:

a.). **Utilitário:** porque diz respeito ao quão útil e necessário é o conceito na compreensão da dinâmica da realidade social e econômica, manifesta na disposição da comunidade ao designar o fenômeno do desenvolvimentismo;

b.).**Histórico:** porque aceito a tese de que o conceito viaja no tempo, se apropriando das mudanças, adicionando conceitos radiais, pois

“...se um conceito não é capaz de se atualizar historicamente, ele tende a perecer...”(FONSECA, 2016, pp. 127).

O exemplo citado por Fonseca está na evolução do conceito de capitalismo: “capitalismo monopolista”, “capitalismo concorrencial”, “capitalismo de Estado”, “regulado”, “globalizado”, “social”, “selvagem”, etc., e nem por isso deixou de útil na compreensão e explicação da realidade; e

c.).**Material:** Porque os conceitos devem ser construtos em perfeita relação de correspondência com o mundo concreto, e neste sentido, a atualidade do termo “desenvolvimentismo”

“...tem a ver com a consciência histórica voltada à superação do subdesenvolvimento...”(FONSECA, 2016, pp.127).

Enfim, e de comum acordo com FONSECA(2016), definitivamente

“...o conceito continua existindo não apenas porque é útil, mas porque se faz necessário enquanto as condições materiais que lhe fizeram nascer perdurarem...(pp. 127).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto, em sentido geral, e considerando a viagem no tempo do termo “desenvolvimentismo” enquanto fenômeno do mundo real e do mundo do pensamento, aceita-se como verdadeiras as assertivas de que:

a.).O “desenvolvimentismo” é um tipo de intervencionismo, enquanto expressão de um projeto nacional de longo prazo, distante das proposições keynesianas;

b.).O “desenvolvimentismo”, para além das experiências históricas em outros continentes, tem sua origem no desafio da América Latina superar o subdesenvolvimento, mais precisamente, após a crise dos anos 30;

c.).O “desenvolvimento” diz respeito um projeto nacional consciente, portanto, pontuado pelo atributo da intencionalidade;

d.).O “desenvolvimentismo” se constitui um fenômeno, próprio ao capitalismo cujo propósito é a expansão da produção e aumento da produtividade, sob a liderança do setor industrial, enquanto condição necessária para o crescimento econômico;

e.).O “desenvolvimentismo” não se associa a medidas de governo com o propósito de aquecer a demanda, ao estilo keynesiano, porque contraria seu propósito de longo prazo;

Definitivamente, como diz FONSECA(2016) o olhar linear e ahistórico da

“...associação ideológica entre desenvolvimentismo e populismo econômico é uma das teses mais caras à ortodoxia...”(pp.124),

e que contraria os registro históricos das experiências latinas, porque em última instância, o “desenvolvimentismo”

“...é o fenômeno mais rico e complexo para comportar simplificações apressadas...”(pp.124)

se se considera as relações de sociais de produção a partir do mundo real.

BIBLIOGRAFIA

DATHEIN, Ricardo (org.). Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2015.

FONSECA, Pedro C. D. O projeto desenvolvimentista no Brasil: Histórico e desafios da atualidade. in Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, vol. 11, No. 19, pp.117-128, Jul/dezembro de 2016.https://professor.ufrgs.br/sites/default/files/pedrofonseca/files/fonseca_p._o_projeto_desenvolvimentista_no_brasil.pdf

FONSECA, Pedro C. D.& SALOMÃO, Ivan C. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. in Revista Economia Contemporânea, No. especial, pp.1/20, São Paulo. 2017. <https://www.scielo.br/j/rec/a/QbtqZ8BSPnMKWCdw4BfrgRt/?format=pdf&lang=pt>

FONSECA, Pedro. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In CADERNOS Textos para discussão, 2103, Editora IPEA, Rio de Janeiro, 1990.